

SINODALIDADE E MISSÃO

Repensar a missão a partir da sinodalidade (e vice-versa)

Estêvão Raschiatti
rasquio@yahoo.com.br

RESUMO: Esse texto aborda o tema da sinodalidade voltada ad extra, para a missão ad gentes, procurando evidenciar as implicações e as evoluções desse debate na projeção da Igreja no mundo atual, e não apenas em referência a um seu novo arranjo interno. Nossas igrejas serão capazes de se alinhar a essa perspectiva? Para responder a essa pergunta o autor começa delineando os contornos da dimensão sinodal quista por Francisco. Em seguida, faz algumas considerações sobre o contexto eclesial atual pouco propenso a uma renovação sinodal. Um processo sinodal só acontecerá se for voltado para uma conversão pastoral, amadurecendo efetivamente no caminho da missão. A implicação recíproca entre sinodalidade e missão é essencial e aponta para uma missão que se situa mais no âmbito das relações dos que das obras.

ABSTRACT: This text approach the theme of synodality turned ad extra, towards the mission ad gentes, seeking to highlight the implications and evolutions of this debate in the projection of the Church in the current world, and not just in reference to a new internal arrangement. Will our churches be able to align with this perspective? To answer this question, the author begins by outlining the contours of the synodal dimension desired by Francis. He then makes some considerations about the current ecclesial context that is not prone to synodal renewal. A synodal process will only take place if it is aimed at pastoral conversion, effectively maturing on the path of mission. The reciprocal implication between synodality and mission is essential and points to a mission that is more in the realm of relationships than works.

“Sinodalidade” é a palavra do momento. Uma palavra programática e paradigmática para o pontificado de Francisco, mas que pode passar como um inócuo modismo epocal, ou pode ser destinada a mudar profundamente os rumos da Igreja e de sua ação evangelizadora.

O Papa insiste claramente sobre esta tecla desde o primeiro dia de sua eleição já com a escolha do nome, apresentando-se com paramentos simples, sem *mozzetta* vermelha, sem cruz dourada no peito, como *primo inter pares*, junto do seu povo diante do qual se inclinou para receber a oração e a bênção: prelúdio que apontava para uma igreja de *iguais*, companheira dos povos, na qual ninguém pode elevar-se acima dos outros; na qual, ao contrário, é preciso rebaixar-se para se colocar a serviço (FRANCISCO, 2015), para constituir uma comunidade de irmãos e irmãs corresponsáveis, participantes do mesmo Povo de Deus, em atitude de escuta, de reconhecimento, de acolhida e, sobretudo, de comunhão itinerante e missionária (EG 23).

Com efeito, “caminhar junto” é a própria etimologia do termo “sínodo” (*syn* “com” ou “junto”, *hódos* “rota”, “caminho”), “pois a Igreja nada mais é do que este ‘caminhar juntos’”, que “começa por escutar o povo”, “ciente de que escutar é mais do que ouvir”. Trata-se de “uma escuta recíproca, onde cada um tem algo a *aprender* [...] e todos à escuta do Espírito Santo” (FRANCISCO, 2015; grifo nosso).

Chamando ainda em causa os Padres da Igreja, Francisco rememora as palavras de João Crisóstomo, ao afirmar que “Igreja e sínodo são sinônimos”. Uma consolidada tradição das origens cristãs, eclipsada durante o segundo milênio praticamente até o Vaticano II, é transformada agora numa categoria teológico-pastoral de primeira ordem, uma dimensão essencial para uma efetiva conversão pastoral da Igreja, que inclui até uma conversão do próprio papado, uma vez que “uma centralização excessiva, em vez de ajudar, complica a vida da Igreja e a sua dinâmica missionária” (EG 32).

O perigo talvez possa estar em entender esse processo como algo somente intra-eclesial, simplesmente respondendo a reivindicações de *aggiornamento*, de desburocratização, de reconhecimento e de cobrança de espaço para os fiéis leigos, para as mulheres, para os casais de segunda união etc., deixando um pouco de lado o debate sobre as grandes questões da humanidade da nossa época.

Quais deveriam ser, então, as desejáveis implicações e as possíveis evoluções desse debate na projeção missionária da Igreja para o mundo? Em que sentido essa proposta não diz respeito apenas a um novo arranjo eclesial (autorreferencial? marketeiro? emergencial?), mas também pode expressar algo significativo *ad extra* para a sociedade mundial contemporânea? Até que ponto as nossas igrejas serão capazes de se alinhar a essa perspectiva, confiando na luz, na força e na ação surpreendente do Espírito?

O TEMA DA SINODALIDADE

O tema da sinodalidade surgiu a propósito da retomada e da reforma da própria instituição do sínodo dos bispos, quista por Paulo VI em setembro de 1965, ainda durante a última sessão do Vaticano II, para dar continuidade à experiência conciliar de comunhão colegial e de diálogo com o mundo contemporâneo, abordando os grandes temas da atualidade como desafios para a missão da Igreja. Esta iniciativa percorreu todo o período pós-conciliar, entre erros e acertos, entusiasmos e incertezas, expectativas e desânimos – particularmente na forma de como a cúria romana apropriou-se de sua preparação e celebração – com a realização de 27 assembleias na presença de bispos provenientes dos diversos continentes. Agora o evento sinodal em andamento é dedicado ao próprio “sínodo” como elemento fundamental e estrutural do ser da Igreja: “Por uma Igreja sinodal: comunhão, participação, missão”. Com esse assunto se pretende engendrar uma profunda transformação eclesial-pastoral.

Com efeito, a Constituição Apostólica *Episcopalis Communio* (EC) promulgada por Francisco (2018), documento normalmente utilizado para intervir no plano legislativo, expressa a clara intenção de reformar o sínodo como organismo de primária importância para a ação evangelizadora da Igreja no terceiro milênio. Duas características especiais estão a peito ao Papa: que o sínodo se torne “um canal proporcionado mais à evangelização do mundo atual que à autopreservação” (EC 1), e que se torne também “um instrumento privilegiado de escuta do Povo de Deus”:

Por isso, embora na sua composição se configure como um organismo essencialmente episcopal, o Sínodo não vive separado do resto dos fiéis. Pelo contrário, é um instrumento adequado para dar voz a todo o Povo de Deus precisamente por meio dos Bispos, constituídos por Deus “autênticos guardiões, intérpretes e testemunhas da fé de toda a Igreja”, mostrando-se de Assembleia em Assembleia uma expressão eloquente da sinodalidade como “dimensão constitutiva da Igreja”. (EC 6).

“Sinodalidade”. Esse neologismo fez assim ingresso oficialmente no vocabulário eclesial três anos antes da EC, no discurso de Francisco em comemoração do cinquentenário dessa colegialidade episcopal (2015), apontando algo que não devia ser restrito apenas a uma série de eventos diocesanos, regionais ou universais, mas a um “específico *modus vivendi et operandi* da Igreja povo de Deus que manifesta e realiza concretamente o ser comunhão em caminhar juntos, reunindo-se em assembleia e participando ativamente de todos os seus membros em sua missão evangelizadora” (CTI, 10).

A imagem da pirâmide invertida, onde o vértice se encontra abaixo da base, dava o tom da reforma ensejada:

Por isso, aqueles que exercem a autoridade chamam-se “ministros”, porque, segundo o significado original da palavra [minus-stare], são os menores no meio de todos. É servindo o Povo de Deus que cada bispo se torna, para a porção do Rebanho que lhe está confiada, vicarius Christi, vigário daquele Jesus que, na Última Ceia, Se ajoelhou a lavar os pés dos Apóstolos (cf. Jo 13,1-15). E, num tal horizonte, o Sucessor de Pedro nada mais é do que servus servorum Dei. Nunca nos esqueçamos disto! Para os discípulos de Jesus, ontem, hoje e sempre, a única autoridade é a autoridade do serviço, o único poder é o poder da cruz. (FRANCISCO, 2015).

O paradigma da sinodalidade retoma com decisão o tema bíblico do Povo de Deus, celebrado no Concílio, retratado no capítulo II da *Lumen Gentium* como ideia-chave de todo documento. Esse enfoque acabava de uma vez por todas com a tese da Igreja como *societas perfecta*, estruturada hierarquicamente e teocraticamente de maneira vertical e monárquica, fortemente

vinculada à metáfora do corpo de Cristo em que a hierarquia é a cabeça, sobrevivendo de maneira dissimulada nos albos do novo milênio à esteira de uma “espiritualidade de comunhão” (NMI, 43-45) entendida substancialmente como comum submissão ao ministério petrino (COMBLIN, 2002, p. 129).

O documento da Comissão Teológica Internacional (CTI), “A sinodalidade na vida e na missão da Igreja” (2017), também parece não ter entrado ainda plenamente em sintonia com a visão franciscana, quando apela para uma dinâmica sinodal em três níveis: “o exercício do *sensus fidei da universitas fidelium* (todos), o ministério de guia do colégio dos Bispos, cada um com o seu presbitério (alguns), e o ministério de unidade do Bispo e do Papa (um)” (64). O texto fala de “circularidade” entre “um, alguns e todos” (72; 94; 106a); mas para ter circularidade é preciso se colocar no mesmo patamar, na mesma mesa, de igual para igual: esse não é o caso quando nem todos os atores em jogo gozam da potestade deliberativa, como também do pleno exercício da busca de um consenso comum. Apesar de esconjurar a tentação de um “excessivo clericalismo”, o documento mantém a ênfase da distinção entre *Ecclesia docens* e *Ecclesia discens* de pré-conciliar memória, agora suavemente sinodalizada.

No entanto, a pirâmide invertida inspira funções e instâncias de serviço aptos a relevar a riqueza, a profundidade e a provocação dos elementos que surgem do *sensus fidei fidelium*, mais que evidenciar processos de discernimentos, de negociações, de embates, afinal quase sempre de tendência defensiva e conservadora, quanto ao *depositum fidei* guardado a sete chaves pela tradição e seus escudeiros que se outorgam o direito de decidir.

O que muitos pastores ainda teimam a entender é que a *infallibilitas in credendo* da comunidade cristã, não constitui de forma alguma uma ameaça à *infallibilitas in docendo* da hierarquia: mas o medo, a intransigência, o fechamento, parecem ainda prevalecer sobre a abertura, o diálogo, a liberdade, como dimensões fundamentais vividas no risco do encontro com o outro.

O CONTEXTO ECLESIAL ATUAL

Evidentemente, o caminho a fazer é bastante árduo, sobretudo se tivermos em conta o contexto histórico contemporâneo de certo retrocesso, herança de um longo inverno eclesial, que sucedera à estação conciliar.

Com efeito, sim, o Vaticano II colocou a Igreja em diálogo com a modernidade, mas depois de 500 anos de oposição e 200 de atraso. Consequentemente, a Igreja abriu-se a um mundo que já apresentava sinais de cansaço e que cedo inauguraria uma época de desencanto “pós-moderno”.

Destarte, se por um lado, os avanços do projeto civilizacional ocidental no campo da ciência e da tecnologia, como também no âmbito político, jurídico, filosófico, cultural em direção a uma sociedade mais igualitária, democrática, plural, laica, foi o responsável pelas maiores conquistas para a humanidade, ao mesmo tempo o mito do progresso, a supremacia da razão, a emancipação do indivíduo e da coletividade, deixaram rastros de incerteza, devastação e frustração exatamente em relação ao mundo melhor que haviam prometido.

A sociedade moderna deixou sem respostas questões ligadas à finalidade da história, à realização pessoal, ao sentido da vida, à relevância de cosmovisões outras, à importância da transcendência e da experiência religiosa, de maneira que houve uma emergência de novas e legítimas aspirações, valores, ideais, de novas perguntas em busca de novas respostas até então não contempladas.

Diante dessa conjuntura, os caminhos a tomar seriam fundamentalmente três:

estaria a saída à crise atual em ser anti-moderno e voltar a ser pré-moderno? Ou se trataria de ser pós-moderno, no sentido de julgar a modernidade um equívoco a ser descartado e se refugiar no pragmatismo do cotidiano, no presentismo e no imediatismo? Ou então a crise de modernidade acenaria para o desafio da acolhida de novas realidades e valores a serem integrados no seio do projeto civilizacional moderno, passível de ser redimensionado? (BRIGHENTI, 2021, p. 19).

Muito saudosistas e integralistas não titubearam em colher o pretexto da crise moderna para um decisivo e radical revisionismo, ensejando a volta de uma Igreja pré-Vaticano II, considerando a experiência conciliar um grande equívoco gerado por uma distração ingênua e otimista. A esses segmentos alinhou-se logo uma cúria romana que colocou em marcha uma poderosa frente revanchista contra o todo processo de reforma conciliar e, no caso específico da América Latina, contra a Teologia da Libertação e a igreja popular pleiteada por Medellín e as Comunidades Eclesiais de Base.

Momento crucial desse movimento foi o Sínodo dos Bispos de 1985, convocado para celebrar os vinte anos da realização do Vaticano II, onde os setores mais conservadores se pronunciaram em favor de uma “reforma da reforma” do Vaticano II, denunciando certos abusos de interpretação que estariam à base de uma clara ruptura com a tradição apostólica.

De lá para cá houve um processo geral de involução eclesial que iria se prolongar por três décadas, só interrompido com a renúncia de Bento XVI, em grande parte fruto do esgotamento de um projeto eclesial de restauração da neocrisandade (BRIGHENTI, 2021, p. 21), não por último soterrado pela avalanche dos casos de abusos sexuais e das relativas cumplicidades das autoridades eclesiásticas, que tinham como origem, em muitos casos, uma pretensiosa gestão do poder, uma ultrapassada teologia do ministério ordenado, uma moralidade sexual obscurantista e uma visão essencialista de Igreja.

Francisco chegou à vista desse escombros para retomar decididamente os pacientes caminhos desbravados pelo Vaticano II, agora numa segunda recepção diante da irrupção de novos desafios da humanidade globalizada, das crises, dos anseios e das transformações das sociedades pós-modernas, e do desconcerto de uma Igreja que teima em abrir-se às novas realidades emergentes desta conjuntura: a opção pela sinodalidade se situa exatamente no seio desse contexto, no meio de resistências apologéticas contra-reformistas e de propostas esotéricas pseudo-pentecostalistas, ambas autoritárias, integralistas e ultramundanas.

Concretamente, a sinodalidade está começando a ser debatida no sínodo em andamento, segundo a nova modalidade quista por Francisco, cujos trabalhos foram abertos neste outubro de 2021 e terminarão em outubro de 2023, após um amplo processo de consulta, escuta, discernimento e participação. Esse sínodo local-global terá a tarefa titânica de talhar brechas em bastiões que, de uns tempos para cá, foram fortificados em relação à época do imediato pós-concílio.

Alguns setores eclesiais, talvez, nunca caminharam como deviam. É o caso da Igreja italiana, pela qual se espera um percurso feito de muita paciência mais de que saltos qualitativos (DE GIORGI, 2021, p. 42). Da mesma forma, do outro lado do mundo, na Austrália, parece que as coisas não estão muito melhores, com uma hierarquia que ainda fadiga a sair de si e encarar os desafios da evangelização (COLLINS, 2021, p. 41).

Todavia, o que mais surpreende, é que também na América Latina as igrejas resistem em alinhar-se com a perspectiva de Francisco. Nesses últimos 10 anos, ou talvez mais, pudemos assistir a perigosos, presuntuosos e autoritários desmontes, em todos os níveis – bispos, clero, laicato – em relação ao caminho destemido cumprido no tempo em que o poder central romano não era tão favorável assim à perspectiva libertadora.

Em Aparecida (DAp), os bispos até reconheceram que “nos faltou coragem, persistência e docilidade à graça para continuar a renovação iniciada pelo Vaticano II e promovida pelas Conferências Gerais anteriores, em vista de um rosto latino-americano e caribenho de nossa Igreja” (DAp 100h).

Seria já uma meta desejável se conseguíssemos retomar à caminhada de Igreja em que estávamos antes, engendrada em Medellín, com suas articulações participativas que funcionavam bem, pelo menos aqui no Brasil. Mas não, isso agora não é mais suficiente: o problema é que hoje a sinodalidade e a conversão pastoral nos convocam a olhar pra frente e a avançar muito mais adiante, encarando os desafios do mundo pós-moderno atual.

A CONVERSÃO SINODAL-PASTORAL

Não seria demais lembrar que objetivo de resgatar a dimensão eclesial da sinodalidade em nível universal, deveria ser singelamente um propósito em vista da missão e, particularmente, da “conversão pastoral da Igreja”. Essa conversão, como explicita o Documento de Santo Domingo (DSD), “diz respeito a tudo e a todos: na consciência e na práxis pessoal e comunitária, nas relações de igualdade e de autoridade; com estruturas e dinamismos que tornem a Igreja presente com cada vez mais clareza, enquanto sinal eficaz, sacramento de salvação universal” (DSD 30).

Em primeiro lugar, o tema da conversão da própria Igreja, *semper reformanda*, como pressuposto para a conversão do mundo, remete sua origem à *Evangelii Nuntiandi* (EN): “evangelizadora como é, a Igreja começa por se evangelizar a si mesma [...] a Igreja se evangeliza por uma conversão e uma renovação constantes, a fim de evangelizar o mundo com credibilidade” (EN 15). Puebla (DP) acrescenta um elemento fundamental ao lembrar da “necessidade de conversão de toda Igreja para uma opção preferencial pelos pobres” (DP 1134, 1140). Aparecida, por sua vez, retoma com decisão a dimensão pastoral de Santo Domingo, pleiteando um impulso de “renovação missionária” que implica impreterivelmente “abandonar as estruturas caducas que já não favorecem a transmissão da fé” (DAp 365). Para que isso aconteça, são necessárias: a conversão dos sujeitos eclesiais (DAp 366), a promoção de relações de comunhão e participação (DAp 368) e a projeção de uma prática pastoral decididamente missionária, para além de uma mera conservação (DAp 370).

Praticamente, o que está discretamente por trás destes anseios de Aparecida, é o desejo audaz de querer erradicar o clericalismo da Igreja, palavra censurada no documento original da V Conferência, mas retomada com frequência por Francisco ao denunciar uma tremenda perversão: trata-se de uma praga que alimenta o autoritarismo, o narcisismo, a superioridade, a presunção, a ostentação e, particularmente, a paralisia eclesial.

O clericalismo é uma estrutura que não diz respeito somente ao corpo ministerial dos bispos, dos padres e dos diáconos, mas é uma mentalidade inculcada no povo de Deus para induzi-lo a espiritualizar e a empoderar a figura do clérigo, domesticando e rebaixando o simples fiel – o que “explica, em grande parte, a falta de maturidade e de liberdade cristã em parte do laicato da América Latina” (FRANCISCO, 2013)

Para encarar de vez esse paradigma clerical é preciso assumir decididamente uma postura radicalmente missionária, ou seja, o de uma “Igreja em saída”, pois “trata-se de sair de nossa consciência isolada e de nos lançarmos, com ousadia e confiança (parrésia), à missão de toda a Igreja” (DAp 363). Destarte, o documento de Aparecida aponta assim para uma quinta importante conversão: “para não cairmos na armadilha de nos fechar em nós mesmos, devemos formar-nos como discípulos missionários sem fronteiras [...] é preciso que em nosso continente entremos em nova primavera da missão *ad gentes*” (DAp 376, 379). A missão radical realmente efetiva, entendida decolonialmente, é a missão *ad gentes*, através da qual a igreja se faz humildemente hóspede na casa dos outros (Mt 10,11), peregrina pelas estradas do mundo (Lc 24,18), estrangeira no meio de todos povos (1Pt 2,11). Somente assim poderá evangelizar, sem medo de ser feliz.

Conseqüentemente, as emergências mundiais e a própria missão da Igreja junto aos povos, impulsionam o tema da conversão pastoral ainda mais adiante em termos missionários. Junto às dimensões que Aparecida amplifica em círculos concêntricos – estruturas, sujeitos, relações, ações, fronteiras – até atingir a plenitude de uma Igreja de “coração universal, aberto a todas as culturas e a todas as verdades” (DAp 377), surge também um outro elemento essencial levantado pela *Laudato Si'* (LS): a conversão ecológica ou conversão integral, que comporta deixar emergir, nas relações com a criação que nos rodeia, todas as conseqüências do encontro com Jesus (LS 217). O Documento Final do Sínodo da Amazônia (DSA) explorou e aprofundou essa dimensão (DSA 17-19) como elemento paradigmático que se desdobrara, por sua vez, em conversão pastoral, cultural, ecológica e sinodal.

Para que essas conversões possam realmente ter uma eficácia em nível pessoal, comunitário e estrutural é necessário que estejam interligadas. Uma conversão sinodal (*ad intra*) precisa andar junta com uma conversão pastoral-missionária (*ad extra*) e vice-versa, como a sístole e a diástole de um coração. Temos aqui, mais uma vez, a revisitação dos eixos conciliares do *aggiornamento* e da pastoralidade, conjugados circularmente, sendo que um remete continuamente ao outro, porque não seria possível renovar uma ação evangelizadora da Igreja no mundo, sem revisar o paradigma teológico e eclesiológico da própria Igreja, sua forma de pensar e de entender a fé, sua estruturação e representação como Povo de Deus enviado aos todos os outros povos.

Neste sentido, a conversão sinodal não deve ser vista apenas como um processo de *upgrade* intra-ecclesial, mas sobretudo como um método, um espírito e um instrumento da comunidade cristã para caminhar como peregrino junta aos ‘outros’ e aos ‘pobres’, contra toda forma de domínio, numa “prática assídua da fraternidade” (GS 78), da solidariedade e da cooperação recíproca como expressão de uma nova lógica de convivência universal:

Uma Igreja sinodal é como estandarte erguido entre as nações (cf. Is 11,12) num mundo que, apesar de invocar participação, solidariedade e transparência na administração dos assuntos públicos, frequentemente entrega o destino de populações inteiras nas mãos gananciosas de grupos restritos de poder. Como Igreja que “caminha junta” com os homens, compartilhando as dificuldades da história, cultivamos o sonho de que a redescoberta da dignidade inviolável dos povos e da função de serviço da autoridade poderá ajudar também a sociedade civil a edificar-se na justiça e na fraternidade, gerando um mundo mais belo e mais digno do homem para as gerações que hão de vir depois de nós. (FRANCISCO, 2015).

A sinodalidade assume assim um significado mais profundo, peculiar e preciso, vinculado não tanto a uma identidade preestabelecida da Igreja – a Igreja é sinodal por natureza –, mas porque essa Igreja é missionária por natureza. Portanto, Igreja e sínodo são sinônimos porque “a Igreja peregrina é por sua natureza missionária” (AG 2).

O CAMINHAR JUNTOS NO SEGUIMENTO-MISSÃO

Com efeito, não é a Igreja que tem uma missão, mas uma missão que tem uma Igreja, dizia Moltmann (2013, p. 29). Não há uma identidade e uma natureza eclesial como condição primária para que haja conseqüentemente uma missão: a Igreja “não é fim em si mesma, uma vez que se ordena ao Reino de Deus, do qual é princípio, sinal e instrumento” (RMi 18). A missão nunca vem depois ou por último, como em muitos tratados de eclesiologia, mas antes, no começo e no fim de tudo. Colocar a identidade da Igreja como pressuposto para a missão é o fundamento teológico para uma sinodalidade institucionalizada e clericalizada, onde nos encontramos, discutimos, confraternizamos, celebramos, para deixar tudo mais ou menos como está. Se não houver essa clareza de que a missão ao mundo, como anúncio, testemunho e serviço ao Reino da Vida (DAp 361), é o verdadeiro, único e essencial princípio e fim da Igreja, a razão de se constituir-se antepondo-se decididamente a qualquer outro motivo de promoção, de prestígio, de expansão ou, simplesmente, de sobrevivência, de nada adianta um debate sinodal ou sobre a sinodalidade. Nesse sentido, a missão é pressuposto necessário, fundamento e objetivo da sinodalidade. Caso contrário, se torna somente um dispositivo funcional e autorreferencial sobre como organizar melhor a paróquia ou a diocese.

O tema do caminho, esse “caminhar junto”, já sugere a emergência do tema central da missão: “Jesus percorria toda a Galileia, ensinando em suas sinagogas, pregando o Evangelho do Reino e curando toda e qualquer doença ou enfermidade do povo” (Mt 4,23) e os discípulos junto com o Mestre. A própria experiência histórica dos seguidores de Jesus retrata eles a caminho juntos *na* missão. Pedro, Tiago, João e companheiros, não estavam confinados num lugar estudando textos sagrados, para depois coloca-los em prática: a missão no caminho junto a Jesus era a própria escola discipular (isso não pode não dizer alguma coisa aos nossos seminários, noviciados e casas de formação!). De vez em quando, precisava parar e pedir explicações (Mt 13,36),

ensaiando um encontro formativo, pautado, porém, no que acabava de acontecer na missão.

Sem dúvida, a metáfora do caminho na Bíblia está vinculada ao seguimento e à prática da Lei (Sl 119). No livro do Deuteronômio, Moisés coloca diante do povo dois caminhos, o da vida e o da morte: “escolha, pois, a vida para que viva tu e a tua descendência” (Dt 30, 19). No Evangelho de João, Jesus se identifica com esse caminho da verdade e da vida (Jo 14,6), e os primeiros cristãos se autodenominavam como pertencentes ao Caminho (At 9,2) exatamente por querer se conformar com a vida de Jesus: “o discípulo experimenta que a vinculação íntima com Jesus no grupo dos seus é participação da Vida saída das entranhas do Pai, é formar-se para assumir seu estilo de vida e suas motivações, correr sua mesma sorte e assumir sua missão de fazer novas todas as coisas” (DAp 131).

Contudo, o seguimento jesuano é um chamado imediato e explícito a assumir uma missão. Jesus chama seus discípulos *para* enviá-los:

ao chamar os seus para que o sigam, Jesus lhes dá uma missão muito precisa: anunciar o evangelho do Reino a todas as nações. Por isso, todo discípulo é missionário, pois Jesus o faz partícipe de sua missão, ao mesmo tempo que o vincula a Ele como amigo e irmão” (DAp 144).

Não há dois momentos distintos, um antes e um depois, entre seguimento e missão, ficar com Jesus e envio missionário (Mc 3,14): “a intimidade da Igreja com Jesus é uma intimidade itinerante, e a comunhão reveste essencialmente a forma de comunhão missionária” (EG 23). Tudo acontece ao mesmo tempo, num caminhar desarmado, na simplicidade e na pobreza (Lc 9,57-61): estamos sempre a caminho, em missão e no seguimento de Jesus. Caminho é seguimento, deslocamento, provisoriade, crescimento; caminho é pé na estrada, sair de casa, cruzar fronteiras, estar no mundo sem criar raízes. O caminhar peregrino aponta para uma postura fundamental de desinstalação e de aproximação, que derruba certezas e constrói pontes, que toma

iniciativa e se solidariza com as situações limites, que assume a fraqueza humana e renuncia todo poder para manifestar a glória de Deus (Fil 2,5-11), numa luta sem armas, sem imposições e sem violência. Ali, no caminho de Emaús (Lc 24,13-35), Deus se revela no desconhecido. Ele não espera seus discípulos no ponto final: Ele se aproxima e os acompanha, porque Ele é o caminho e não a chegada.

Esse caminho é feito essencialmente de encontros que estreitam relações. Já a palavra “seguimento” sugere ficar próximo a uma pessoa e “caminhar juntos”. A missão também jamais é algo solitário. O Mestre envia seus discípulos dois a dois (Mc 6,7) e os envia ao encontro de todas as nações: “envio” significa tornar-se próximo. A caminhada do Povo de Deus, que é sempre o seguimento, é uma aproximação permanente ao outro, ao pobre, ao forasteiro (Lc 24,18), para caminhar junto com eles. A aproximação ao pobre e ao outro produz na Igreja um “estado de graça”. O missionário “encontra graça” no outro porque nele encontra Deus.

A sinodalidade aponta para um “caminhar juntos” no seguimento-missão de Jesus pelas estradas do mundo, porque é nesse caminho que se faz verdadeira comunhão. E nós como discípulos-missionários sem-fronteiras, nos juntamos também ao caminhar de muitas outras pessoas de boa vontade, para tornarmos todos juntos, homens e mulheres livres, que promovem a justiça e a paz, a serviço da vida e da esperança, a caminho do Reino definitivo.

CONCLUSÃO

O desafio da sinodalidade lançado por Papa Francisco a toda Igreja, é algo bem mais profundo e comprometedor do que constituir ou remediar uma comunhão entre nós. A comunhão na Igreja se constitui, sem dúvida, como sinal e instrumento no horizonte final do Reino de Deus (LG 1), assim como pretende testemunhar o mistério de Deus Trindade na história da humanidade. Mas é do “amor fontal” dessa mesma Trindade que tam-

bém se origina a missão (AG 2): ela brota da comunhão trinitária exatamente porque Deus é puro amor sem exclusões.

Por isso, é crucial compreender a missão como base da proposta cristã, onde o essencial não é uma vida compartilhada entre nós, mas uma missão assumida em comum. Podemos afirmar que esse é o divisor das águas entre uma simples adesão religiosa e uma verdadeira “comunidade” de irmãos e de irmãs, discípulos-missionários do Senhor.

É para essa missão que o “caminhar juntos” da sinodalidade nos convoca apontando para um tamanho desafio. Destarte, precisamos admitir que rezar juntos, confraternizar juntos, aprender juntos, sonhar juntos, não é tão árduo e laborioso quanto trabalhar juntos, o que vai bem além de se dispor a trabalhar em equipe. Com efeito, a sinodalidade missionária aponta para uma arte paciente e esmerada de acertar nossos passos e nossa visão da realidade; reconhecermos e acolhermos como pessoas em nossas distintas identidades e diferenças; focarmos em objetivos concretos; direcionarmos nossos serviços a interlocutores preferenciais; adotarmos linhas de ação comum, métodos de trabalho diferenciados junto a atitudes autenticamente evangélicas; procurarmos meios necessários e essenciais de acordo com o projeto e a programação que delineamos em conjunto. A comunidade eclesial se constitui concretamente nesse mutirão missionário que requer contínuo discernimento, programação, atuação e avaliação.

No entanto, se a comunidade acontece *na* missão, também a missão acontece *em* comunidade: não somente porque o mundo contemporâneo exige um testemunho de comunhão, de fraternidade e de diálogo, ou porque precisamos garantir uma maior eficácia às nossas ações, mas porque a missão é chamada nos tempos atuais, não tanto a se situar no âmbito da atividade, e sim primariamente no âmbito das relações, pois a tarefa fundamental que temos a cumprir é abrir novos caminhos de escuta e proximidade, costurando laços de confiança e de amizade, numa aliança com os diversos projetos de vida dos povos, para que todos tenham vida, e vida em abundância.

Uma missão feita de grandes projetos unilaterais e intervenções salvacionistas, substancialmente de cunho colonial, necessita hoje de uma decidida e urgente alternância com uma missão muito mais humilde, despretensiosa e despojada, profeticamente ousada em um testemunho-anúncio mais genuíno do Evangelho.

PARA REFLETIR

- O que é preciso fazer para erradicar o clericalismo em nossas igrejas?
- O que falta em nossas comunidades para impulsionar um autêntico processo sinodal?
- Nossa missão reflete um “caminhar juntos”? O que é preciso para assumir mais um projeto missionário comunitário?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRIGHENTI, Agenor. *O novo rosto do clero*. Perfil dos padres novos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2021.

COLLINS, Paul. Australia: un concilio plenario senza respiro. *Missione Oggi*. Brescia, n.5/2021, settembre-ottobre 2021, p. 39-41.

COMBLIN, José. *O povo de Deus*. São Paulo: Paulus, 2002.

DE GIORGI, Sinodo italiano. Più che slanci, molta pazienza. *Missione Oggi*. Brescia, n.5/2021, settembre-ottobre 2021, p. 42-44.

FRANCISCO. *Discurso por ocasião da comemoração do Cinquentenário da Instituição do Sinodo dos Bispos*. Roma, 17 out. 2015.

FRANCISCO. *Discurso do Santo Padre aos bispos responsáveis do Conselho Episcopal Latino-Americano por ocasião da Reunião Geral de Coordenação*. Rio de Janeiro, Domingo, 28 de julho de 2013.

MOLTMANN, Jürgen. *A Igreja no poder do Espírito*. Uma contribuição à eclesologia messiânica. Santo André: Academia Cristã, 2013.